A construção de um espaço urbano voltado para a consolidação política e territorial do Tocantins-Brasil

José Manoel Miranda de Oliveira
Doutorando em Geografia – Dinter - UFU/UFT.
e-mail: jmiranda@uft.edu.br

Professor Dr. William Rodrigues Ferreira
Orientador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU.
e-mail: wferreira@ufu.br

RESUMO

Neste trabalho, discutimos os princípios das intervenções planejadas, voltadas para a transformação de um território rural em um espaço urbano, dentro de duas perspectivas: a) legitimação de um território político; b) de modernidade e progresso. Como a pesquisa foi desenvolvida em espaços e tempos pretéritos e diacrônicos, utilizamos duas vertentes teóricas: na primeira vertente, a categoria tempo foi trabalhada no âmbito da essência histórica resultante das intervenções públicas e privadas, direcionadas à ocupação dos espaços da cidade e do poder, nas três esferas do estado, entre os anos1989 e1990; na segunda vertente, a categoria espaço foi desenvolvida no contexto da existência objetivando o entendimento das intervenções direcionadas para a estatização e privatização dos espaços destinados a construção e consolidação de Palmas como capital do Tocantins. Diante das características dos problemas apontados, buscamos na "etnometodologia" os princípios norteadores das discussões sobre a construção de uma cidade planejada em meio às crises econômicas e político-sociais, caracterizadas nos anos 1990. Neste cenário, criaram o Tocantins e construíram Palmas.
Palavras-chave: Tempo, espaço, planejamento, intervenções.

INTRODUÇÃO

Para desenvolver uma pesquisa passando pelas formas de intervenções utilizadas para construir uma cidade, entendendo que as intervenções que serão discutidas, fazem parte dos seguintes processos: a) das formas utilizadas para a sua criação; b) dos processos interventivos voltados para a construção e consolidação da última cidade planejada, na última década do século XX. Por isso, trabalhamos as antinomias da relação tempo e espaço postas na geografia urbana para entender o desenvolvimento das diversas fases de intervenções processadas em Palmas, objetivando um modelo de modernidade calcada no progresso regional.

Para melhor conhecer os perfis das intervenções, recorremos a alguns pontos da construção de Brasília, principalmente na relação entre os atos de criar e construir, haja vista que Há diferenças entre as duas intervenções: Brasília e Palmas. Brasília foi construída para fortalecer a esfera política e proporcionar o desenvolvimento de determinadas regiões e estruturar a doutrina de segurança do território nacional. No caso de Palmas, além da questão política e do desenvolvimento regional, havia a intenção de legitimação de um novo ethos

para o território, massificando a figura da pessoa do primeiro governador à identidade separatista de Teotônio Segurado. De outro lado, houve também a concomitância entre alguns dos objetivos da consolidação dos territórios, exceto o objeto de criação de Brasília que ocorreu em 1891. Porém, as justificativas e o nome da cidade foram definidos "na sessão de 9 de junho de 1823 da Assembléia Geral do Império do Brasil, José Bonifácio apresentou 'Memória sobre a necessidade e meios de edificar, no interior do Brasil, uma Nova Capital', dando-lhe o nome de Brasília" (MISSÃO CRULS. O relatório sobre as peculiaridades do território foi concluído e oficialmente apresentado em 1894[1].

Assim, as intervenções efetivadas para a criação, construção e consolidação de Palmas tiveram certa proximidade, principalmente em relação ao perfil das intervenções efetivadas para a construção das duas cidades. Porém, no que concerne à consolidação, os processos são mais parecidos, principalmente quando se toca na personalização das cidades à imagem dos governantes, ignorando a totalidade ou parte da história dos territórios em que foram construídas. No caso do Tocantins, o governo utilizou a criação e a construção da capital para se consolidar como político e como autoridade da região, depois de proporcionar o fracionamento do poder dos grupos políticos das cidades mais tradicionais que atuavam na região norte de Goiás. Dessa forma, a capital do Estado do Tocantins foi construída dentro de uma lógica de modernização, desenvolvimento e progresso, em uma região historicamente abandonada pelos três poderes do estado, quando a região pertencia a Goiás.

Diante da concomitância entre a criação e a construção de Palmas à implantação do Estado do Tocantins, a partir de 1989, demonstra a intenção do governo em consolidar o território do Estado através da construção de uma cidade. Assim, a construção de Palmas nos primeiros anos de criação do

---

[1] Durante a presidência de Floriano Peixoto, em 17 de maio de 1892, por meio da Portaria de nº 119-A, o Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas, Antão Gonçalves de Farias, criou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil com a finalidade de demarcar, nessa região, a zona de 14,4 mil km² pertencentes à União e destinadas a sediar a futura Capital Federal (artigo 3º. Da Constituição de 24 de fevereiro de 1891). (MISSÃO CRULS, 2010b, p. 11).

Estado foi estratégica diante das prerrogativas que o primeiro governo teve para criar e preencher os espaços dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), na medida dos interesses político-econômicos e das estratégias de poder. Por isso, as discussões foram desenvolvidas a partir dos seguintes pressupostos: a) da criação de uma nova identidade regional; b) do esquecimento da memória cultural vivida pela população quando o território pertencia ao Estado de Goiás; c) reeditar a história das lutas separatistas do então norte de Goiás, direcionando o novo contexto histórico para a fixação dos nomes de Teotônio Segurado e Siqueira Campos; d) construção de um novo espaço de poder, por meio de intervenções idênticas às utilizadas na construção e ocupação de Brasília.

Considerando que Brasília havia sido criada no início da Primeira República, em 1891 e todas as condições referentes aos impactos que surgiriam, em decorrência da urbanidade, foram identificados e catalogados ainda em 1894, através do Relatório Cruzls. Entretanto, as similitudes entre as duas intervenções ocorrem de maneira distinta, quando Siqueira Campos massifica uma propaganda institucional referendando a história do Estado entre ele e Teotônio Segurado[2], de forma consciente ou não, procurou eliminar a história das lutas separatistas do então Norte de Goiás, em relação aos conteúdos utilizados para a construção da história do Estado e de Palmas.

---

[2] Diz Americano do Brasil, in "PELA HISTÓRIA DE GOIÁS", página 77: "Em 1823, quando Cunha Matos percorria o Norte, Segurado entrou em Goiás, indo residir em suas propriedades nos arredores da Palma (hoje Paranã), cercado de esposa e filhos. Debalde os Presidentes da Província procuraram afastá-lo da vida privada. Ficou alheio à evolução política. Para ele, liberalismo era sinônimo de anarquia". Em 1827, quando D. Miguel I, tornou-se Rei de Portugal e passou a perseguir os liberais e constitucionalistas, Teotônio Segurado já tinha voltado escondido para o Brasil. Mesmo assim, continuou a ser perseguido, porque não queria a Independência do Brasil, mas apenas a criação da Província de Palma, separada da Província do Sul, em Vila Boa (Goiás Velho). Entre os benefícios que Joaquim Teotônio Segurado conseguiu para o hoje Estado do Tocantins, destacam-se a navegação do Rio Tocantins e a abertura de uma estrada ligando São Romão, em Minas Gerais a Porto Nacional. A ele se deve a descoberta de várias minas de ouro e a criação do Julgado de Flores. Entre seus títulos honoríficos, destaca-se o de COMENDADOR DO HÁBITO DE CRISTO. Chegou a ser eleito Governador Separatista de Goiás, no hoje Estado do Tocantins, no dia 14 de setembro de 1821, escolhendo a cidade de Cavalcante e posteriormente Natividade e Arraias para Capital da futura Província de Palma e, consequentemente, do futuro Estado do Tocantins. ***In***: Mário Ribeiro Martins. www.genetic.com.br/~mario. http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=34861&cat=Artigos&vinda=S (acessível em 19 de dezembro de 2010).

De outro lado, os discursos e publicações efetivadas sobre Brasília, a maioria não mencionavam o relatório Cruzls, pois, os conteúdos versavam mais sobre as intervenções difundidas para construir e consolidar a cidade. Contudo, com a sucessão do tempo e da própria condição de existência do espaço e da essência do tempo em relação aos atores envolvidos na construção da Nova Capital, e, dos sucessivos acontecimentos políticos do pós 1964, a mídia acrescenta aos feitos de Juscelino, as realizações dos planejadores. Entretanto, com o tempo, e diante da identidade simultânea dos projetos arquitetônicos de Niemayer associados à construção de Brasília, aos poucos foi reproduzindo uma memória de esquecimento de Lúcio Costa como planejador da cidade, exceto nos eventos sobrre a história da cidade.

No Tocantins, as justificativas para a construção de Palmas saíram do conceito de modernidade difundido no século XIX, acoplada a um processo de adaptação do espaço urbano aos princípios da urbanidade européia, visando à construção de um espaço caracterizado na essência do poder local. Portanto, uma intervenção sobre o espaço numa concepção neoclássica, rapidamente teve os espaços planejados ocupados e transformados em centro urbano em uma região de cerrados, veredas, riachos, rios; fazendas e sítios voltados para uma agricultura e uma pecuária rude em termos de resultados econômicos, sociais e tecnológicos.

Daí a importância das discussões estarem relacionadas aos conceitos de tempo e espaço, de forma que a categoria tempo foi desenvolvida numa perspectiva existencial da história do então norte de Goiás até o advento da história vinculada ao território do Estado do Tocantins. A categoria espaço foi trabalhada no âmbito da existência para se entender a estatização e a privatização dos espaços de Palmas, analisados a partir da etnometodologia.

A ESSÊNCIA DO TEMPO E AS CRISES DE ACESSO AO ESPAÇO VIVIDO

> O tempo não é um conceito empírico derivado de experiência alguma, porque a simultaneidade ou a sucessão não seriam percebidas se a representação “a priori” do tempo não lhes servisse de fundamento. Só sob esta suposição podemos representar-nos que uma coisa seja ao mesmo tempo que outra (simultânea), ou em tempo diferente (sucessiva). (KANT, 1958, p. 41).

Considerando que a história de uma cidade planejada se analisada numa perspectiva diacrônica, difere da história de uma cidade que a princípio não é

resultante de ações planejadas diante da espontaneidade urbana caracterizada no processo de ocupação dos espaços, reproduz uma idéia de um tempo simultâneo, constante, horizontalizado. Por isso, nesta pesquisa, denominamos que a relação entre a história e o tempo de uma cidade planejada, dada às condições postas nas intervenções como objeto de um tempo histórico, para facilitar o nosso entendimento, sem descaracterizar a história e o tempo das cidades espontâneas. Por isso, desenvolvemos a categoria tempo histórico numa perspectiva da filosofia da essência para justificar a essência do tempo[3], diante da simultaneidade e da discriminação social da ocupação dos espaços urbanos de Palmas Tocantins, que por sua vez, as próprias intervenções, por se originarem de outras contradições. E, em relação ao tempo, uma ação diacrônica, mesmo quando se trata de um tempo realizado na reprodução histórica de modelos de poder e o início do modo de produção capitalista.

> A ruptura do modo de produção feudal e a gestação do modo de produção capitalista. Nesse momento a burguesia, classe em ascensão, vai se manifestar como uma classe revolucionária, vai advogar a filosofia da essência como suporte para a defesa da igualdade dos homens como um todo e é justamente a partir daí que ela aciona as críticas à nobreza e ao clero. Em outros termos: a dominação da nobreza e do clero era uma dominação não-natural, não-essencial, mas, social e acidental, portanto, histórica. (SAVIANI, 1991, p. 50).

Nessa direção, o entendimento de um tempo histórico caracterizado pelas intervenções efetivadas de forma autocrática, torna-se objeto importante para o entendimento da essência cronológica da criação e construção dos espaços urbanos de uma cidade, teleologicamente programados para a consolidação de um território de poder em um curto espaço de tempo, gerando com isso, certa simultaneidade.

> Se se considerasse o tempo como essência singular, a objetividade do mundo não poderia servir de base para extrair conclusões de qualquer espécie sobre o caráter objetivo do tempo. Ao contrário, se o tempo é uma forma de ser da matéria, tornar-se possível compreender mais claramente sua

---

[3] O tempo do qual nos ocuparemos não é o “tempo morto”, das matemáticas e da astronomia, mas o tempo vivo, humano, ou seja, a história. *In:* CORBISIER. Roland. Introdução à Filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. (p-p 168-188).

> materialidade, já que o mundo é material. A interpretação substancialista do tempo sob o aspecto de um 'processo físico' singular, constitui, em essência, uma regressão. (ASKIN, 1969, p. 79).

Assim, a condição objetiva do tempo permite-nos chegar ao tempo histórico e, ao mesmo tempo na concepção de essência de um tempo materializada na concomitância histórica da construção de um espaço de poder, ou seja, um território voltado para interesses privados – particulares.

> Durante a Idade Média, essa concepção essencialista recebe uma inovação, que diz respeito justamente à articulação da essência humana com a criação divina; portanto, ao serem criados os homens segundo uma essência predeterminada, também já seus destinos eram definidos previamente; consequentemente, a diferenciação da sociedade entre senhores e servos já estava marcada pela própria concepção que se tinha da essência humana. (SAVIANI, 1991, p. 50).

De certa forma a concepção que define as conseqüências políticas, as formas de ocupação dos espaços mediante aos interesses gerados pela essência histórica do tempo vivido e permitido na forma de se exercer o poder, reproduz e coisifica o tempo vivido, transformando-o em objeto da essência. Essa regressão, ao mesmo tempo, que reproduz uma essência do tempo, estabelece a perde da liberdade humana de escolha dos espaços para se viver. Assim, "a essência do tempo não pode ser elucidada se não é examinada a partir do ponto de vista da dialética do processo de desenvolvimento". (ASKIN, 1969, p. 83). Desta forma, o conceito de essência remete-nos a vocação, que é um objeto determinado pelo Dom e, este por usa vez, reproduz as condições inatas. Sendo assim, essa seqüência indica que o caráter político, social e econômico materializados por estamentos, reproduz uma cidade planejada e ordenada de forma não liberal, diante da predefinição dos espaços a serem ocupados pelas diferentes categorias sociais. Assim,

> A essência se manifesta no fenômeno, mas só no modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência é precisamente a atividade do fenômeno. (KOSIK, 1976, p. 11).

Esses foram os pressupostos utilizados para desenvolver a essência do tempo utilizado para a criação e construção de uma cidade planejada para ser um espaço de poder e para a consolidação do território do Estado do Tocantins,

dentro de uma concepção de progresso, desenvolvimento, controle e sustentação política. Pois, conforme Kant (1958, p. 33), “O tempo não pode ser percebido externamente, assim, como o espaço não pode ser considerado como algo interior em nós outros”. Daí o problema da discriminação dos espaços e do tempo na consolidação da urbanidade de Palmas. Por isso, essa condição não pode nascer e se desenvolver através das experiências das relações exteriores aos fenômenos criados em uma cidade, sendo que estas condições só são possíveis mediante a sua prévia existência, mesmo que essa existência nos leve a uma interpretação do tempo dentro de uma configuração da essência, diante dos fatores determinados pela forma de ocupação dos espaços.

A CIDADE E O CONCEITO DE ESPAÇO COMO EXISTÊNCIA

De outro lado, temos o conceito de espaço justificado pela categoria existência posta na realidade crítica das cidades e das sociedades iluministas, considerando para isso, que o entendimento do sistema de estamento se dava pela justificativa da essência das coisas e dos seres humanos, de forma que uns nasciam para usufruir dos bens da natureza e dos espaços construídos pelos homens. De outro lado, os que faziam e apenas contemplavam os espaços. No iluminismo, a essência só foi utilizada para justificar o caráter simbólico da igualdade, fraternidade e liberdade perante os homens até a consolidação da burguesia como classe hegemônica no poder.

Haja vista que as categorias espaço e tempo foram utilizadas na legitimação das sociedades consuetudinárias, portanto, não-iluministas. Assim, a “primitiva representação do espaço é, pois, uma intuição ‘a priori’ e não um conceito”, KANT (1958, p. 36), mesmo dentro de uma condição existencial, o espaço não existia de forma simultânea e nem diacrônica diante das características da existência do espaço nas sociedades estamentárias. Contudo, as análises feitas para a compreensão das contradições do ordenamento dos espaços urbanos de Palmas se deram a partir da condição simultânea e diacrônica dos espaços, ou seja, dentro de um contexto histórico. Considerando que em relação a Kant,

> Não podemos, pois, falar de espaço, de seres extensos, etc., senão debaixo do ponto de vista do homem. Nada significa a

> representação do espaço, se saímos da condição subjetiva, única sob a qual podemos perceber a intuição externa, quer dizer, ser afetados pelos objetos. (KANT, 1958, p. 38),

Diante dessa condição, o espaço por não ser um conceito meramente discursivo, mas uma categoria universal, em relação às coisas. Por isso, a sua representação só é possível dentro de uma intuição pura, podendo então ser trabalhado e compreendido como um objeto da existência dos fenômenos envoltos ao desenvolvimento político, social e econômico do homem enquanto conhecedor e transformador dos espaços disponíveis, tomando como referência os espaços urbanos. Por isso,

> O espaço é essencialmente uno; a variedade que nele achamos, é, consequentemente, o conceito universal de espaço em geral, fundam-se unicamente em limitações. Daqui se segue que o que serve de base a todos os conceitos que temos de espaço, é uma intuição "a priori" (que não é empírica). (KANT, 1958, p. 35).

Então, pode-se dizer que o espaço pode ser representado como uma grandeza infinita dada, daí a importância de considerar que todo conceito de espaço urbano possui uma caracterização fenomênica distinta, diante da existência concomitante entre espaço e morador. No caso do Tocantins, a existência e a negação do espaço urbano, quando estes foram utilizados como objeto de discriminação para abrigar os migrantes que optaram pelos espaços da capital do Tocantins, ainda no seu nascedouro, ou seja, de 1989 a 1991. Nesse espaço, o governo empreendeu uma série de intervenções para a criação e construção de Palmas, tendo como um dos objetos de consolidação do território, o esquecimento da histórica construída no território pretérito.

OS CENÁRIOS POLÍTICO-ECONÔMICOS DA CRIAÇÃO DO TOCANTINS E DA CONSTRUÇÃO DE PALMAS

A divisão do Estado de Goiás foi efetivada em meio a uma complexidade de acontecimentos político-econômicos regionais, nacionais e internacionais. Em termos regionais, pode-se dizer da eleição de um governador, que não pertencia a nenhum dos grupos dominantes da política goiana, nas eleições de 1986. Assim, a eleição de Henrique Santillo, inicialmente, fragmentou o poder das oligarquias e dos novos grupos que se sustentavam politicamente, à sombra das oligarquias. Esse processo proporcionou o surgimento de novos cenários e perspectivas para a política regional. Em termos nacionais, o País,

depois de 20 anos de ditadura militar, através de eleições diretas, a sociedade elege o seu primeiro Presidente da República.

Em meio a esses acontecimentos, o país, depois de realizar a revisão constitucional, convalidando as prerrogativas do Welfare State, em seguida ocorre a transformação política e econômica em todos os continentes. Diante desse novo cenário, a Constituinte aprova a divisão de Goiás para a implantação da vigésima sétima unidade federativa. Contudo, a decisão final sobre a divisão foi delegada ao governador Santillo, que realizava um governo com muitas dificuldades, diante da resistência das frações mais tradicionais da política regional. Por isso, não teve duvidas, assinou a divisão e está foi entendida como uma forte punição aos grupos oligárquicos predominantes e contrários ao seu governo e a criação do Estado do Tocantins.

Considerando que em 1989 sucumbe o Muro de Berlin, o Leste Europeu passou a seguir as orientações da OTAN depois de uma histórica fase de pertencimento ao PACTO DE VARSÓVIA, ou seja, da aliança militar instituída em 14 de Maio de 1955 pelos países socialistas do Leste Europeu e pela União Soviética, países estes que também ficaram conhecidos como bloco socialista. Com essas mudanças, ocorrem inúmeras alterações em territórios e espaços em relação à composição do Mapa Mundi.

Assim, a criação do Tocantins também altera a composição do mapa político e econômico da região Centro Oeste, quando o Estado do Tocantins foi colocado na região Norte. Contudo, as maiores alterações ocorreram com a estruturação dos poderes do novo estado, logo após a realização das primeiras eleições para a Assembléia, para a composição da bancada no Congresso Nacional e para o governo do estado. Desse processo saiu vencedor o então Deputado Federal Siqueira Campos, representante da região norte de Goiás na Assembléia Nacional Constituinte e líder de um dos grupos separatistas da região norte de Goiás, apoiado nas concepções de Teotônio Segurado.

> Em 1982 circulou um rumor segundo o qual o governo federal estaria disposto a criar o "Território Federal do Tocantins" de modo a contrabalançar a influência do PMDB na região norte do país visto que a legenda oposicionista conquistou os governos do Amazonas, Pará e Acre restando ao PDS o controle, por nomeação presidencial, do estado de Rondônia e dos territórios federais do Amapá e Roraima. Tal alarido logo

> foi desmentido, entretanto o movimento autonomista já havia se articulado e em 1985 o deputado federal José Wilson Siqueira Campos (PDS-GO) apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei criando o estado do Tocantins. Aprovado pelos parlamentares em março, foi encaminhado ao presidente José Sarney que o vetou em de abril de 1985. Uma nova tentativa de emancipação foi durante a Assembléia Nacional Constituinte que estabeleceu no Artigo 13 do "Ato das Disposições Constitucionais Transitórias" as condições para a criação do novo estado no bojo de uma reforma que extinguiu os territórios federais existentes e concedeu plena autonomia política ao Distrito Federal. http://pt.wikipedia.org/wiki/Tocantins (acessível em 21/12/2010).

Diante da forte representação arregimentada por Siqueira Campos na Constituinte, voltada para a criação do Tocantins, a população o elege primeiro governador do Estado para um mandato de dois anos[4], de 1º de janeiro de 1989 a 15 de março de 1991. Concomitante à criação do Tocantins, ativistas institucionais mais precipitados, chegaram a anunciar direta e indiretamente os seguintes fins: a) o fim da história; b) o fim da dialética; c) o fim do tempo histórico e da diacronia do espaço. “No verão de 1989, o americano Francis Fukuyama, vice-diretor da equipe de planejamento do Ministério do Exterior dos Estados Unidos, proclamou um tanto precipitado, num artigo para o magazine trimestral National Interest, ‘o fim da história’”. (KURZ, 1993, p. 17).

De outro lado, enquanto as potências buscavam uma direção que pudesse mostrar melhores caminhos para a transição política e econômica, naquele momento, o então terceiro mundo buscava a solução para problemas primários como a erradicação de endemias, analfabetismo, comunicação, segurança e a formação de capitais para investimentos em geração de empregos e aumento da arrecadação de impostos.

Essas condições tornaram-se imprescindíveis para manter as esferas públicas funcionando, diante da fragilidade “do neocapitalismo para a exploração tem, como conseqüência, o fim do capitalismo social e do bem-estar e o surgimento de novas formas de pobreza, também nas metrópoles capitalistas”. (THIELEN,

---

[4] O Art. 81, Parágrafo Primeiro da Constituição Federal, determina que havendo vacância nas esferas do executivo federal, estadual e municipal, e se o tempo restante do mandato for igual ou superior a dois anos, deverá ser preenchido por um governante eleito através de eleição direta. Com a criação do Tocantins, a interpretação dada foi à mesma estabelecida para o processo de vacância, ou seja, a realização de eleição para um mandato de dois anos.

1998, p. 27), criando com isso, uma corrida por espaços novos para morar e trabalhar. Com este objetivo, as pessoas migravam para outros paises, para outros estados e até pequenos municípios se tornaram opção para fugir da crise em curso, neste cenário, o Tocantins foi criado e Palmas foi construída e consolidada como o centro de poder.

Diante do capitalismo nascente, emerge a vulnerabilidade imposta a estados e empresas quando essas organizações passaram a lutar para permanecerem de pé, ou seja, existindo, diante das condições impostas pelo sistema neoliberal, agravada pela competição entre o capitalismo de concorrência e o capitalismo monopolista. Por outro lado, as esferas públicas em todos os continentes, tiveram que promover mudanças institucionais profundas visando à adaptação do estado aos novos paradigmas políticos, econômicos e sociais. Assim,

> O custo dos investimentos, que muitas vezes já se desvalorizam no momento em que deveriam induzir produções capazes de aparecer no mercado. E quanto mais se estica o metro para medir a penetração das ciências, da técnica e da automatização, tanto mais cresce também, para além da própria produção, a necessidade de investimentos gigantescos no sistema de logística e infraestrutura social. (KURZ, 1993, p. 172).

Diante dessas transformações nos espaços da política e da economia, o Estado do Tocantins foi criado e Palmas construída. Assim, a cidade por ser um espaço privilegiado de ocupação do cidadão e o lugar uma especificidade mais íntima do espaço ocupado para morar, trabalhar e participar, enfim, o espaço vivido, por isso, as cidades são as principais referencias em termos do processo de fracionamento como da conjugação da totalidade de um território em consolidação.

> Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vogorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. Quanto maior o estranhamento e menores as possibilidadedes de uma adaptação inconsciente, mais os sentidos são despertados para a verdade que esconde os objetivos e as relações sociais. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo. (SANTOS, 2007, p. 81).

Por isso, toda intervenção gera fragmentação e dificulta a capacidade de uso do território como espaço de autonomia diante das interferências que divide e separa o homem do seu próprio espaço, ao mesmo tempo reproduz uma falsa sensação de pertencimento diante da correlação entre os interesses e as transformações simultâneas e diacrônicas da relação entre pessoas e meio social. Nasce daí uma conivência expressada de forma particular ou coletiva diante das necessidades pragmáticas criadas em torno de um pertencimento, condicionado pelas diferentes formas de coerção direta e indireta em relação à existência dos espaços e da essência condicionada pela simultaneidade do tempo.

Essa imposição gerada pelas necessidades de se continuar incluído ao meio social em formação, por isso, o indivíduo assume uma condição passiva perante o que está sendo criado, mesmo entendendo que o espaço público não é uma coisa privada, particular, mas coletiva, por isso deve estar à disposição de todos moradores e não só de grupos dominantes. Diante disso, as pessoas, dependendo das condições, não se rebelam para não provocar rupturas na estrutura de pertencimento que esta sendo construída em um processo de ocupação de espaços públicos. Essa sensação caracteriza uma forma de privatização dos espaços para satisfazer interesses particulares e ideológicos, manifestados nas intromissões de gestores, nas condições culturais coletivas e individuais.

Com isso, quanto mais distante o indivíduo estiver da cultura pretérita ou tradicional, mais fácil é a construção de um território de poder. Como exemplo dessa aculturação, a condição ostentada por um projeto forte em relação às estruturas de um processo histórico voltado para uma essência em detrimento da existência de uma forma de representar uma sociedade urbana em relação à história das intervenções voltadas para o ordenamento dos espaços de Palmas. Em síntese.

> É costume pensar uma (...) cidade como um todo funcional, um sistema com suas partes interagindo, um complexo com uma unidade ‘nodal’. Na realidade, a maioria dos moradores urbanos conduz sua atividade diária, e a sua vida inteira é vivida sem que cheguem a adquirir esse sentido global do seu entorno urbano. Eles consideram a aglomeração urbana como uma série de lugares – bairros, distritos, áreas -, alguns

> intimamente conhecidos, outros apenas de passagem, muitos não conhecidos. (BROEK & Webb, 1968, p.403) apud (SANTOS, 2007, p. 84).

Essa é a forma que parcela da população percebia Palmas em suas especificidades estruturais como do seu ordenamento territorial, exceto quando ocorria uma massificação envolvendo um determinado lugar ou espaços, pois a história da cidade é composta de rupturas. Todas essas ações envolveram a tentativa para se destruir identidades culturais ao produzir uma alteridade diferenciada da existente nos espaços que poderiam ser lembrados. Esse processo reproduziu uma tentativa de se fundar uma nova identidade cultural através da difusão de uma realidade urbana diferente da essência de Palmas e do território do Tocantins. Nesse contexto, “A palavra espaço é uma dessas que abrigam uma multiplicidade de sentidos. Nosso desacordo aparente e nosso quase desespero fundamental vêm menos do fato de cada qual dizer e impor uma definição do nosso objeto de trabalho” SANTOS (2008, p. 85), por ser uma cidade planejada e direcionada para ser a sede de um espaço de desenvolvimento regional e de consolidação de um território de poder, deveria propiciar uma ocupação mais democrática dos espaços fartamente disponíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas separatistas da região norte de Goiás foram desenvolvidas na direção de construção de um espaço político, econômico e de poder dentro de uma lógica de apropriação e controle dos espaços. Por isso a pesquisa foi desenvolvida a partir dos perfis das intervenções planejadas e direcionadas para a transformação de um território rural em um espaço urbano, haja vista que a área escolhida para a construção de Palmas, era constituída por fazendas, sítios, veredas e cerradas dentro da bacia hidrográfica do Rio Tocantins, numa perspectivas de modernidade e progresso da região.

Como as intervenções foram desenvolvidas em espaços e tempos pretéritos e, portanto, diacrônicos, utilizamos os aspectos filosóficos das categorias tempo e espaço trabalhadas por Kant na Crítica da Razão Pura, de forma que a categoria tempo foi trabalhada no âmbito da essência histórica resultantes das intervenções públicas e privadas, direcionadas à ocupação dos espaços de Palmas. Na mesma direção, a categoria espaço foi desenvolvida no contexto da existência histórica interligada às intervenções direcionadas para a

estatização e privatização dos espaços destinados a construção e consolidação de Palmas como capital do Tocantins, tomando como objeto de análise dos objetos catalogados, a “etnometodologia”, por ser um método flexível para se selecionar e entender os conteúdos diversos. Assim, as entrevistas analisadas indicaram que o tempo utilizado para a construção de Palmas foi um dos maiores problemas para a ocupação dos espaços, diante das intenções do governo em legitimar o território no espaço de tempo do primeiro mandato de governador do Estado.

Diante dos interesses políticos e econômicos, gerados pelos espaços da cidade e da estruturação de todos os escalões dos poderes estadual e municipal, reproduziram uma administração autocrática, diante das formas utilizadas na gestão dos espaços urbanos e dos espaços de poder.

De outro lado, a categoria espaço foi desenvolvida no sentido de se entender os princípios norteadores das discussões sobre a construção de uma cidade planejada em meio às crises econômicas e político-sociais, caracterizadas nos anos 1990, quando os territórios e os espaços passaram por diversas alterações, da essência à existência do território à definição de cada espaço. Portanto, estes foram os pontos mais importantes discutidos nessa pesquisa.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ASKIN, I. F. O Problema do Tempo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (220 p.)

CORBISIER. Roland. Introdução à Filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. (243 p.)

KANT, Emmanuel. Crítica da Razão pura. 3ª ed. São Paulo: Edições e Publicações Brasil Editora S. A., 1958. (246p.).

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (230p.).

KURZ, Robert. O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. (244p.)

Missão Cruls: uma trajetória para o futuro. Pedro Jorge de Castro (Org.). Brasília: Editora animatógrafo, 2010. (234p.)

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 7ª edição. São Paulo: EDUSP, 2007. (176. p)

_____. Manual de Geografia Urbana. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008. (232p.).

_____. Técnica, Espaço, Tempo. 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2008. (176. p)

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 24ª edição – São Paulo: Cortez, 1991. (103p,).

www.genetic.com.br/~mario.

http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=34861&cat=Artigos&vinda=S (acessível em 19 de dezembro de 2010).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Tocantins (acessível em 21/12/2010).